

Previdência e salário-mínimo: entraves

BRASÍLIA — A Medida Provisória que desvincula o reajuste dos aposentados do salário-mínimo e aumenta a contribuição da Previdência, o direito de greve e a política salarial são hoje os principais problemas que o Presidente Sarney enfrenta no Congresso. Assumir decisões contrárias aos interesses do Governo sobre essas propostas é interpretado pelo Executivo como atitude eleitoral dos parlamentares.

As dificuldades do Governo com o Congresso não vêm de agora. Elas se agravaram na Constituinte, quando Sarney fez suas primeiras interferências no Legislativo. Hoje, a cinco meses da eleição, o Presidente aponta como desafio, sobretudo, as questões da Previdência e do salário-mínimo. Pelo projeto, o salário de NCZ\$ 120 seria corrigido mensalmente pelo IPC acrescido de um aumento real

de 3%. Segundo assessores de Sarney, isso vai gerar problemas na Previdência, o que o Governo não deseja.

As lideranças do Governo acham que o Congresso não pode rejeitar a proposta do sistema previdenciário, argumentando que Sarney está agindo de acordo com o que manda a Carta. Para os aliados de Sarney, os parlamentares sabem que seria irracional derrubar a Medida Provisória.

O Líder do Governo na Câmara, Luís Roberto Ponte, acha um absurdo o fato de os parlamentares estarem passando para a sociedade uma visão equivocada, ou seja, que o Governo está gerenciando mal seus problemas e quer tirar o ganho dos aposentados que a Constituição já garantiu.